

# OS DETERMINANTES DO CRESCIMENTO DE SANTA CATARINA NOS GOVERNOS FHC E LULA (1995 – 2009)

Pascoal José Marion Filho  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)  
[pascoaljmarion@yahoo.com.br](mailto:pascoaljmarion@yahoo.com.br)  
Henrique Reichert  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)  
[Henrique\\_rt@ymail.com](mailto:Henrique_rt@ymail.com)

**RESUMO:** O trabalho tem como objetivo identificar os fatores internos (especialização e vantagens competitivas) e externos que contribuíram para o crescimento de Santa Catarina nos governos de FHC e Lula (1995 - 2009). Na análise, utiliza-se o método estrutural-diferencial para determinar se a dinâmica estadual decorre de fatores regionais ou nacionais e dados da RAIS. Conclui-se que o emprego no agregado cresceu mais no governo Lula do que no governo FHC, tanto para Santa Catarina como para o Brasil, e que no Estado cresceu mais do que no país. Além disso, um número maior de setores estaduais foi mais dinâmico do que os nacionais, o que indica que os fatores internos foram os principais determinantes do desempenho regional. Entre os 25 setores analisados, o setor ensino foi o principal destaque no governo FHC, tanto no Estado como nacionalmente. No governo Lula, a construção civil se destacou pelo incremento no emprego no país e o comércio atacadista pelo aumento em Santa Catarina. Constatou-se também que no governo FHC haviam 9 setores com especialização, 6 deles com vantagem competitiva, e no governo Lula 12 setores, 9 deles com vantagem competitiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Santa Catarina; método estrutural-diferencial; dinâmica regional.

## 1 INTRODUÇÃO

A teoria econômica enfatiza que a produção de uma região é determinada por fatores internos e externos. Os fatores internos (endógenos) estão associados às vantagens locais, muitas vezes criadas pelo esforço dos agentes locais (famílias, empresas e governo) para promover mudanças que potencializam o crescimento. Estes fatores atraem novos agentes econômicos para a região, especialmente aquelas que buscam um maior mercado interno, disponibilidade e qualidade da mão de obra, melhor infraestrutura, salários mais baixos, determinados recursos naturais ou políticas públicas favoráveis.

Do outro lado estão os fatores externos (exógenos) à região, os quais são resultantes de ações dos agentes pertencentes ao ambiente nacional e internacional, e decorrem das políticas monetárias, fiscal, cambial, industrial, comercial, entre outras, cujas decisões afetam a economia do país e dos outros.

A indústria ocupa uma posição importante na estrutura produtiva de uma região, já que ela é indutora de mudanças a jusante e a montante na cadeia de produção. A sua expansão gera efeitos propulsores que atingem outras localidades, não só pelo aumento da oferta, mas também pela procura de matérias-primas e trabalhadores.

Para Myrdal (1960, p.56), “uma fase de intensa atividade econômica (*boom*) implica impulso generalizado à expansão em toda a conjuntura. Terá seus efeitos mais poderosos nos

centros industriais existentes, mas pode induzir vários novos impulsos em outras localidades ...”. Como se vê, na afirmação de Myrdal está implícito que a dinâmica de uma região pode afetar outras regiões ou ser afetada por elas.

Os governos também têm um papel importante no crescimento econômico nacional e regional. O combate as desigualdades regionais pelo poder central pode provocar efeitos progressivos pelas políticas de incentivo à indústria, distribuição de renda, educação e melhoria da infraestrutura. O governo local pode ser um agente ativo da produção através de programas políticos geradores de oportunidades, desde que beneficiem o aumento da renda e a redução da pobreza.

A escolha de Santa Catarina para a pesquisa é justificada por ser o Estado da Região Sul com a maior participação da indústria de transformação no valor adicionado bruto, aproximadamente, 24%, enquanto nos demais estados ela não chega a 20%. Além disso, o Estado manteve a sua participação no PIB brasileiro praticamente constante durante todo o período (4%), enquanto que a dos demais estados, embora sendo superior ao da região, declinaram. Como o método estrutural-diferencial identifica os fatores determinantes da dinâmica, principalmente, a partir dos setores industriais, a escolha mostra-se adequada.

A pesquisa tem como objetivo identificar os fatores internos (especialização e vantagens competitivas) e externos que contribuíram para o crescimento de Santa Catarina nos governos de FHC e Lula (1995 – 2009). Neste sentido, atribui-se aos elementos dinâmicos endógenos e/ou exógenos que atuam sobre a região de forma positiva pela expansão ocorrida no período.

O artigo está organizado em quatro seções, incluindo esta introdução. Apresenta-se na segunda seção a teoria, o método estrutural-diferencial, e a metodologia da pesquisa. Na terceira seção, identificam-se os fatores responsáveis pelo crescimento, especialmente, o efeito estrutural, o efeito diferencial, a especialização e o efeito alocação. Por fim, na quarta seção, apresentam-se as conclusões da pesquisa.

## **2 A TEORIA E A METODOLOGIA DA PESQUISA**

### **2.1 O método estrutural – diferencial**

A literatura apresenta o método estrutural-diferencial de forma muito semelhante, o que dispensa a utilização de várias fontes. Neste trabalho, baseia-se a descrição do mesmo em Souza (2009). As relações entre as variáveis são definidas a partir do número de pessoas

ocupadas nos setores (para facilitar o entendimento), mas outros indicadores também podem ser utilizados, como por exemplo, o valor da produção.

A teoria privilegia o cálculo dos efeitos diferencial e estrutural. A definição dos mesmos é facilitada quando parte-se das taxas de crescimento setorial para a região e o país. Define-se a taxa de crescimento para o setor  $i$  de uma região  $j$  como sendo  $e_{ij} = (E_{ij}^t - E_{ij}^o)/E_{ij}^o$ , onde  $E_{ij}^t$  é o número de pessoas empregadas no ano terminal e  $E_{ij}^o$  é o número de empregados no ano base. Para calcular a taxa de crescimento do setor  $i$  nacional, deve-se dividir a variação do emprego entre o ano terminal ( $E_i^t$ ) e o ano base ( $E_i^o$ ) pelo emprego total nacional do setor no ano base, ou seja,  $e_i = (E_i^t - E_i^o)/E_i^o$ .

Com base nas taxas setoriais, regional ( $e_{ij}$ ) e nacional ( $e_i$ ), e o emprego total do setor na região no ano base ( $E_{ij}^o$ ), determina-se o efeito diferencial ( $D_{ij}$ ). O resultado positivo ( $e_{ij} > e_i$ ) indica a presença de fatores internos e/ou externos atuando de forma positiva sobre a região, pois ocorre quando o setor regional cresce mais do que o setor nacional. Um provável motivo do desempenho superior é a presença de vantagens locacionais específicas para atividade.

Para verificar o dinamismo de um setor nacional  $i$  em relação à economia como um todo, calcula-se o efeito estrutural [ $P_{ij} = E_{ij}^o(e_i - e)$ ]. O resultado é positivo se o crescimento do setor nacional ( $e_i$ ) supera a expansão da economia como um todo ( $e$ ), sendo  $e = [(E^t - E^o)/E^o]$ . Esses setores são considerados líderes e os desempenhos podem estar ligados a novos produtos ou processos inovadores.

A soma do efeito diferencial ( $D_{ij}$ ) com o efeito estrutural ( $P_{ij}$ ) resulta no efeito total ( $T_{ij}$ ). Assim, o resultado será positivo quando os dois efeitos forem positivos ou quando o efeito positivo superar o efeito negativo. O efeito total para o conjunto de setores é igual a  $\sum_i T_{ij}$ , resultado do somatório dos efeitos diferenciais ( $\sum_i D_{ij}$ ) e dos efeitos estruturais ( $\sum_i P_{ij}$ ), ou seja,  $\sum_i T_{ij} = \sum_i D_{ij} + \sum_i P_{ij}$ .

Segundo Souza (2009, p. 121), “A partir dessa análise, pode-se seguir uma política de regionalização de investimentos e de incentivos para as diferentes atividades econômicas, segundo o seu dinamismo, de sorte a maximizar a taxa de crescimento [...]”.

O método em sua formulação original apresenta algumas limitações. Uma delas é em relação à quantificação dos efeitos estrutural e diferencial, já que os dois dependem do emprego do ano base, o que os deixam entrelaçados. Para solucionar o problema, Esteban-Marquillas (1972 *apud* SOUZA, 2009, p. 121) introduziu o emprego teórico inicial ( $E_{ij}^{o*}$ ) no lugar do ano base ( $E_{ij}^o$ ). O emprego teórico, ou esperado, pode ser definido como aquele que guarda no setor  $i$  da região  $j$  a mesma proporção do setor em relação à economia nacional, ou

seja,  $E_{ij}^{0*} = E_j^0 (E_i^0 / E^0)$ , onde:  $E_j^0$  é o emprego total da região  $j$  no ano base;  $E_i^0$  é o emprego total do setor  $i$  em nível nacional no ano base e  $E^0$  é o emprego total nacional do ano base. Com isso, o autor eliminou da posição competitiva a influência estrutural e denominou o resultado de posição competitiva pura [ $D'_{ij} = E_{ij}^{0*}(e_{ij}-e_i)$ ].

A influência estrutural do dinamismo diferencial, ou efeito alocação ( $A_{ij}$ ), foi definido por Esteban-Marquillas (1972 *apud* SOUZA, 2009) como a diferença entre  $D_{ij}$  e  $D'_{ij}$  ( $A_{ij} = D_{ij} - D'_{ij}$ ). O efeito alocação ( $A_{ij}$ ) indica se a região é especializada ( $E_{ij}^0 > E_{ij}^{0*}$ ), naqueles setores que apresentam melhores vantagens competitivas ( $e_{ij} > e_i$ ). Para Herzog e Olsen (1977 *apud* SOUZA, 2009), podem ocorrer quatro combinações para o efeito alocação (ver Quadro 1).

**Quadro 1 – Sinais dos possíveis efeitos alocação**

<b>Definição</b>	<b>Efeito alocação <math>A_{ij}</math></b>	<b>Especialização <math>(E_{ij}^0 - E_{ij}^{0*})</math></b>	<b>Vantagem Competitiva (<math>e_{ij} - e_i</math>)</b>
1. Desvantagem competitiva especializada	(-)	(+)	(-)
2. Desvantagem competitiva não especializada	(+)	(-)	(-)
3. Vantagem competitiva não especializada	(-)	(-)	(+)
4. Vantagem competitiva especializada	(+)	(+)	(+)

Fonte: Herzog e Olsen (1977 *apud* SOUZA, 2009).

O efeito alocação reflete a especialização e a vantagem competitiva da região. Nesse sentido, uma alocação positiva indica que a região  $j$  é especializada na produção de  $i$  (+) e que ela tem vantagem competitiva (+); ou que a região não é especializada na produção de  $i$  (-) e que não tem vantagem competitiva (-). Uma alocação negativa pode ocorrer com especialização na produção de  $i$  (+), mas com crescimento do setor inferior ao nacional (-), ou com não especialização na produção de  $i$  (-), mas com crescimento do setor superior ao nacional (+). As regiões mais dinâmicas são aquelas onde o setor  $i$  é importante para a região e a sua taxa de crescimento supera a do país.

Um segundo problema do método estrutural-diferencial original é o fato de não ser levado em conta as mudanças estruturais ocorridas entre o ano terminal e o ano base, o que pode gerar desvios importantes na interpretação dos efeitos quando o tempo entre os anos é longo. Para eliminar o problema, Stilwell (1969 *apud* HADDAD, 1989) propõe o cálculo da variação proporcional revertida ( $R_{ij}$ ), determinada a través da ponderação das taxas de crescimento revertidas pelo emprego do final do período, ou seja:  $R_{ij} = E_{ij}^t (1/e - 1/e_i)$ . Assim,

capta-se a mudança estrutural do período pela ponderação da diferença entre as taxas de crescimento pelo emprego final do período ( $E_{ij}^t$ ) e não pelo emprego do ano inicial ( $E_{ij}^0$ ). Quando a variação proporcional revertida supera a variação proporcional calculada, tem-se que a estrutura do emprego na região se modificou e ela ficou com forte especialização em setores dinâmicos nacionalmente. Do contrário, a modificação estrutural não foi muito forte em setores dinâmicos ou mesmo não ocorreu.

Segundo Souza (2009), “Stilwell alterou os dois efeitos para obter a variação proporcional modificada ( $M_{ij} = R_{ij} - P_{ij}$ ), de sorte que  $VLT_{ij} = P_{ij} + D_{ij} = P_{ij} + R_{ij} - P_{ij} + (D_{ij} - M_{ij}) = P_{ij} + M_{ij} + (D_{ij} - M_{ij})$  ou:  $VLT_{ij} = P_{ij} + M_{ij} + D_{ij}^*$ ”. Nesta última fórmula, obtém-se que a variação líquida total ( $VLT_{ij}$ ) é igual ao efeito estrutural ( $P_{ij}$ ), mais a variação proporcional modificada ( $M_{ij}$ ) e a variação diferencial modificada ( $D_{ij}^*$ ). Segundo Haddad (1989), os efeitos especificados por Stilwell estão relacionados ao ano terminal.

Herzog e Olsen (1977 *apud* SOUZA, 2009) combinaram as modificações de Esteban-Marquillas e de Stilwell para avaliar a variação líquida total. Mudanças estruturais podem alterar os sinais do efeito alocação quando, por exemplo, um setor se especializa no período. Para eliminar o problema, os autores desenvolveram o cálculo do efeito alocação modificado ( $A_{ij}'$ ), que inclui dados de pessoal ocupado no ano terminal e o emprego teórico terminal, da mesma forma que o emprego teórico inicial, porém utilizando dados do ano final. Assim, o efeito alocação modificado é:

$$A_{ij}' = [(E_{ij}^t - E_{ij}^0) - (E_{ij}^{t*} - E_{ij}^{0*})](e_{ij} - e_i)$$

A partir dessa nova equação, obtêm-se também uma nova equação para o efeito diferencial puro modificado ( $D_{ij}''$ ):

$$D_{ij}'' = (2E_{ij}^0 - E_{ij}^t + E_{ij}^{t*} - E_{ij}^{0*})(e_{ij} - e_i)$$

O efeito estrutural já havia sido estabelecido como  $P_{ij} = E_{ij}^0(e_i - e)$ . Por fim, estima-se a Variação Líquida Total ( $VLT_{ij}$ ), sendo igual ao efeito estrutural mais o efeito diferencial puro modificado e o novo efeito alocação, ou seja:

$$VLT_{ij} = E_{ij}^0(e_i - e) + (2E_{ij}^0 - E_{ij}^t + E_{ij}^{t*} - E_{ij}^{0*})(e_{ij} - e_i) + (E_{ij}^t - E_{ij}^{t*} - E_{ij}^0 - E_{ij}^{0*})(e_{ij} - e_i)$$

Se o setor  $i$  na região  $j$  cresce mais do que no país, tem-se um efeito estrutural e este altera o efeito alocação. Segundo Souza (2009), essa modificação estrutural pode ser identificada quando a diferença entre o emprego no final do período e o emprego esperado ( $E_{ij}^t - E_{ij}^{t*}$ ) superar a diferença entre o emprego no ano base e o correspondente esperado ( $E_{ij}^0 - E_{ij}^{0*}$ ), ou seja, ela pode ser identificada quando a variação real do emprego no período ( $E_{ij}^t - E_{ij}^0$ ) cresce mais do que a variação esperada ( $E_{ij}^{t*} - E_{ij}^{0*}$ ). Ainda, o cálculo do efeito alocação modificado ( $A_{ij}'$ ) serve para verificar se o sinal do efeito alocação original ( $A_{ij}$ ) se alterou.

## **2.2 Metodologia e fonte de dados**

Para identificar os determinantes internos e externos da dinâmica de crescimento do Estado de Santa Catarina, utiliza-se a divisão econômica do IBGE, para o Estado e o Brasil, em vinte e cinco (25) setores. Destes, treze (13) são industriais (extração mineral, mineral não-metálico, metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações, transporte, madeira e mobiliário, papel/papelão e editorial gráfico, borracha/fumo e couro, química e produtos farmacêuticos, têxtil, calçados, alimentícios e bebidas), dois (2) comerciais (atacadista e varejista), oito (8) de serviços (instituições financeiras, administração de valores mobiliários, transportes e comunicações, reparação e manutenção, médicos/odontológicos e veterinários, ensino, administração pública, industriais de utilidade pública), construção civil e agricultura.

O método estrutural-diferencial é utilizado na análise setorial brasileira e de Santa Catarina no período de 1995 a 2009. Para comparar as taxas de crescimento nos diferentes governos, divide-se o período total em quatro subperíodos. O primeiro vai de 01/01/1995 a 31/12/1998 e o segundo de 01/01/1999 a 31/12/2002, os quais correspondem aos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O terceiro inicia em 01/12/2003 e se estende até 31/12/2006, e o quarto vai de 01/01/2007 a 31/12/2009, que correspondem aos mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Na realidade o segundo mandato de Lula vai até 31 de dezembro de 2010, mas como os dados de 2010 não estão disponíveis, o quarto subperíodo termina em 31/12/2009.

O trabalho vai se limitar à análise do efeito estrutural, para identificar os setores dinâmicos nacionais nos oito anos de cada governo; o efeito diferencial, visando determinar os setores que cresceram em Santa Catarina mais do que nacionalmente; a especialização, para destacar os setores que possuem em Santa Catarina maior representatividade do que no país; o efeito alocação, para selecionar os setores com maior vantagem competitiva regional e maior representatividade na estrutura regional do que na nacional; e o efeito alocação modificado, com a finalidade de identificar os setores que se tornaram especializado no ano terminal.

Os dados de pessoal ocupado no período em questão foram obtidos junto a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e são referentes ao último dia de cada ano, justificando o uso de dados do ano de 1994, 1998, 2002, 2006 e 2009, mesmo que os mandatos presidenciais iniciem em anos ímpares.

### **3 O DESEMPENHO SETORIAL NACIONAL E DE SANTA CATARINA**

#### **3.1 A dinâmica setorial nos governos de FHC (1995 -2002)**

Fernando Henrique Cardoso (FHC) se tornou conhecido como o ministro que liderou a equipe que elaborou o Plano Real no governo de Itamar Franco. Após o encerramento do mandato, disputou as eleições e se tornou Presidente do Brasil. Segundo Giambiagi (2005), o período do primeiro mandato de FHC (01/01/1995 a 31/12/1998) é marcado pela eficiente política de combate a inflação, pelo desequilíbrio externo crescente e crise fiscal. Para Silva (2003), o esforço quase que exclusivo à consolidação da nova moeda foi o que acabou gerando vários desequilíbrios macroeconômicos.

Analisando as taxas de crescimento de pessoal ocupado, nacional e para Santa Catarina, entre 31/12/1994 e 31/12/1998 (ver Anexo 1), verifica-se que a brasileira aumentou 8,99% e a de Santa Catarina 6,19%. Constata-se ainda que 11 setores da economia nacional e 12 da economia regional tiveram expansão, de um total de 25, e que em Santa Catarina os setores tiveram desempenhos divergentes, como é o caso da indústria de calçados, que teve queda de 50,57% no número de pessoas ocupadas, e do setor de ensino, que cresceu 173,95%.

Singularidades também ocorreram em relação à dinâmica dos setores em nível nacional, pois, os serviços industriais de utilidade pública encolheram 25,10% no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, afetados pelas privatizações, mas o setor de ensino cresceu 90,52%.

Quando se avalia a evolução do pessoal ocupado no segundo mandato de FHC, constata-se que no Estado o emprego cresceu quase o dobro do que nacionalmente, ou seja, em Santa Catarina cresceu 30,49% e no Brasil 17,16%. Dos 25 setores analisados, apenas instituições de crédito, seguros e capitalização teve crescimento negativo na região e dois no país, serviços industriais de utilidade pública e construção civil. O setor calçadista, que anteriormente apresentou queda expressiva no número de pessoas ocupadas, agora se destaca pelo dinamismo. Portanto, o segundo governo de FHC foi bem mais expansivo do que o primeiro.

Entretanto, ao analisar os oito anos de governo, percebe-se que o crescimento obtido no emprego do segundo mandato não foi suficiente para anular a queda gerada no primeiro em vários setores. No Anexo 1, vê-se para o Brasil que dos 14 setores com taxas negativas no primeiro mandato de FHC, 9 mantiveram o sinal, e dos 13 de Santa Catarina, 5 continuaram com taxas negativas. Mesmo assim, houve um crescimento importante no número de pessoas ocupadas no país (27,70%) e no Estado (38,58%). Os setores que se destacaram positivamente

no período, foram: ensino (92,84%), comércio e administração de imóveis (73,98%) e comércio varejista (59,19%), para o Brasil, e em Santa Catarina: educação (223%), comércio e administração de imóveis (114,79%) e indústria do material de transporte (89,65%). Logo, no período como um todo, o desempenho setorial de Santa Catarina foi melhor do que o do país.

**Tabela 1 – Efeitos estruturais, diferenciais e alocação do pessoal ocupado por setores de Santa Catarina no governo FHC em relação ao Brasil (1995-2002)**

Setores	Efeito estrutural $E_{ij}^0(e_i - e)$	Efeito diferencial $E_{ij}^0(e_{ij} - e_i)$	Especia- lização $(E_{ij}^0 - E_{ij}^{0*})$	Efeito alocação $(A_{ij})$	Ef. alocação modificado $(A_{ij}')$
Extração mineral	-2035,011	-334,964	741,512	-41,716	44,916
Mínerais não metálicos	-2392,258	-1154,217	11319,007	-623,251	14,680
Ind. metalúrgica	-7746,592	11423,928	-514,987	-272,256	5146,284
Ind. mecânica	-9780,327	-2148,624	17754,750	-1257,028	281,618
Ind. do mat. elétrico e de comunicações	-4405,875	4321,199	476,998	218,998	1659,345
Ind. do material de transporte	-1609,520	4583,872	-8536,403	-8150,339	3829,879
Ind. da madeira e do mobiliário	-3698,206	1771,643	43409,909	1349,220	297,570
Ind. do papel e gráfica	-4441,194	1837,057	5924,267	611,245	99,038
Ind. da borracha, fumo, couro etc.	-1884,305	3367,598	-4269,533	-2504,890	1629,593
Ind. química	-3380,428	10262,166	-1482,760	-827,244	4615,323
Ind. têxtil	-31353,701	18426,016	68703,325	12788,837	2459,797
Ind. de calçados	-1069,647	-2274,829	-3802,688	1504,429	1388,070
Ind. de produtos alimentícios	-7458,826	8023,219	12805,406	1987,361	926,310
Serviços industriais de utilidade pública	-8072,323	2254,356	-1347,392	-200,059	229,817
Construção civil	-9704,029	7605,815	-8735,609	-1890,548	834,631
Comércio varejista	33777,002	11073,364	5731,018	591,667	71,662
Comércio atacadista	-2508,365	8525,087	-5424,009	-2252,540	2131,323
Inst. de crédito, seguro e capitalização	-10796,621	-763,776	-6047,816	205,562	49,911
Comércio e administração de imóveis	20493,624	18068,033	-16992,911	-6934,422	-1463,538
Transportes e comunicações	-7139,822	6654,730	-11647,452	-1868,447	69,254
Serviços de alojamento, alimentação e reparação	20192,389	10602,463	-6058,732	-1157,787	-360,233
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	-1183,403	4051,071	-13144,511	-2699,861	-453,686
Ensino	6579,226	13170,832	-8311,166	-10839,189	3168,386
Administração pública direta e autárquica	7647,895	-7649,061	-61253,432	3319,526	2757,844
Agricultura, silvicultura e criação de animais	-4214,931	1505,687	-9296,788	-460,523	-179,803
<b>TOTAL</b>	<b>-36185,247</b>	<b>133202,663</b>	<b>-</b>	<b>-19403,258</b>	<b>29247,994</b>

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados da RAIS 1994/2002.

Avaliando o comportamento individual dos setores a partir dos efeitos estrutural e diferencial, percebe-se na Tabela 1 que 19 setores do Estado tiveram efeito diferencial positivo, ou seja, foram mais dinâmicos do que os seus correspondentes em nível nacional, o que indica a existência de vantagens competitivas na região, especialmente na indústria têxtil,

no comércio e administração de imóveis e no ensino. Além disso, 5 setores tiveram efeito estrutural positivo, mostrando-se como líderes, pois, apresentaram crescimento no emprego superior a taxa brasileira (comércio varejista, comércio e administração de imóveis, serviços de alojamento, alimentação e reparação, ensino e administração pública direta e autárquica).

A pesquisa também mostra que dos 25 setores analisados, em 9 deles o Estado tem especialização, especialmente nas indústrias têxtil e da madeira e do mobiliário. Isso mostra que a representatividade dos setores na região é superior a nacional, tomando como base os dados de 31 de dezembro de 1994. Entretanto, destes nove setores, seis também possuem vantagem competitiva (indústria de material elétrico e de comunicações, indústria da madeira e do mobiliário, indústria do papel e gráfica, indústria têxtil, indústria de produtos alimentícios e comércio varejista). Esses setores apresentam dinamismos internos e efeito alocação positivo, resultado da especialização e desempenho setorial na região superior ao nacional (efeito diferencial positivo).

Com base no efeito alocação modificado, verifica-se que 21 setores tiveram sinal positivo, comparando o ano inicial (31/12/1994) com o ano terminal (31/12/2002). Destes, 12 trocaram de sinal, passaram do efeito alocação negativo para o efeito alocação modificado positivo, ou seja, foram melhores do que os seus pares nacionais, sendo 3 deles com especialização, mas sem vantagem competitiva, e 9 com vantagem competitiva, mas sem especialização. Portanto, como o efeito alocação modificado elimina a diferença estrutural entre a região e a economia do país no inicial e no ano terminal, o resultado final positivo pode decorrer de várias possibilidades: i) quando existe vantagem competitiva regional no setor (+), que pode ser avaliada pelo efeito diferencial positivo, e a especialização no ano terminal (+) supera a especialização no ano inicial (+); ii) quando existe vantagem competitiva regional no setor (+) e ele se torna especializado no ano terminal (+); iii) quando a região não tem vantagem competitiva (-) e o setor especializado (+) passa a ser não especializado no ano terminal (-); e, iv) quando a região não tem vantagem competitiva (-) e no ano terminal o setor fica mais não especializado (-) do que o ano inicial.

Dentro dessa perspectiva, pode-se afirmar que em Santa Catarina todos os setores especializados em relação ao ano inicial (um total de 9) continuaram especializados no ano final (extração mineral, minerais não metálicos, indústria mecânica, indústria do material elétrico e de comunicações, indústria da madeira e do mobiliário, indústria do papel e gráfica, indústria têxtil, indústria de produtos alimentícios e comércio varejista). Ainda, mais 12 setores ficaram especializados no ano terminal e quatro setores continuam não especializados (comércio e administração de imóveis, serviços de alojamento, alimentação e reparação,

serviços médicos, odontológicos e veterinários e agricultura, silvicultura e criação de animais), mas caminham na direção da especialização, já que o resultado negativo do efeito alocação modificado é menor do que o obtido para o efeito alocação original.

### **3.2 A dinâmica setorial nos governos Lula (2003 -2009)**

Com o fim do governo de Fernando Henrique Cardoso em 31/12/2002, Luis Inácio Lula da Silva (Lula) toma posse como Presidente do Brasil em 1º de janeiro de 2003. Na sua campanha eleitoral Lula prometia criar 10 milhões de empregos no seu primeiro mandato e contava com apoio de vários partidos de oposição. Após a posse havia a expectativa de que a economia brasileira passaria por mudanças profundas, o que não ocorreu. Segundo Gonçalves e Filgueiras (2007), a política econômica de Lula manteve a linha de continuidade do mandato anterior de FHC e obteve maior sucesso por ser beneficiada pelo desempenho conjuntural global. Seja pela economia internacional favorável ou pelos próprios méritos, não resta dúvida de que o octênio do governo Lula teve melhor desempenho do que o do governo FHC.

Já no primeiro mandato, de 01/01/2003 a 31/12/2006, o número de pessoas ocupadas no Brasil cresceu 22,56% e em Santa Catarina o resultado foi ainda melhor, 29,37%. Além disso, dos 25 setores analisados, todos do Brasil tiveram crescimento (ver Anexo 2) e para Santa Catarina, somente serviços industriais de utilidade pública teve queda (-9,3%). Portanto, verifica-se que o período foi altamente positivo para o emprego.

No segundo mandato do governo Lula a expansão do emprego continuou, pois no período de 31/12/2006 a 31/12/2009 ele cresceu 17,22% para o Brasil e 15,01% para Santa Catarina. Verifica-se que o crescimento não foi tão bom quanto no primeiro mandato, em parte prejudicado pela crise financeira internacional iniciada no final de 2008. Mesmo assim, com exceção da indústria da madeira e do mobiliário, que teve redução no número de pessoas empregadas, no Estado e no país, todos os demais setores apresentaram taxas de crescimento positivas. Geremia e Campos (2008) citam que a indústria mobiliária catarinense se concentra em microempresas e são fortes no comércio exterior. Para os autores, o baixo desempenho do setor pode então ser resultado de barreiras à exportação, decorrente da crise financeira internacional, ou mesmo da valorização do real.

Avaliando a evolução do emprego nos seus dois mandatos, constata-se que o crescimento no emprego foi de 43,66% para o Brasil e de 48,78% para Santa Catarina, superando o crescimento obtido por FHC com um ano a menos de governo. Se em FHC o setor mais dinâmico, regional e nacional, foi o ensino, no governo Lula foi a construção civil,

para o Brasil, estimulada pela expansão do crédito imobiliário e pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e o comércio atacadista, para Santa Catarina. Nacionalmente, também se destacaram pelo crescimento no emprego a extração mineral, o comércio atacadista e a indústria de produtos alimentícios. Regionalmente, além do comércio atacadista, o Estado teve taxa elevada de crescimento no setor de ensino, indústria de calçados, indústria de material de transporte e construção civil. O destaque negativo ficou para a indústria da madeira e do mobiliário, importante em Santa Catarina.

**Tabela 2 – Efeitos estruturais, diferenciais e alocação do pessoal ocupado por setores de Santa Catarina no governo Lula em relação ao Brasil (2003-2009)**

Setores	Efeito estrutural $E_{ij}^0(e_i - e)$	Efeito diferencial $E_{ij}^0(e_{ij} - e_i)$	Especia- lização $(E_{ij}^0 - E_{ij}^{0*})$	Efeito alocação $(A_{ij})$	Ef. alocação modificado $(A_{ij}')$
Extração mineral	1381,495	-1828,266	-56,878	19,871	764,646
Mínerais não metálicos	-2966,329	-657,151	11052,399	-312,781	-61,951
Ind. metalúrgica	-882,555	4045,379	9219,498	1192,682	867,261
Ind. mecânica	5929,277	26,143	13777,063	13,427	8,105
Ind. do mat. elétrico e de comunicações	15,530	3761,988	4091,217	1289,686	1624,010
Ind. do material de transporte	1690,941	1973,741	-4525,112	-980,933	-353,382
Ind. da madeira e do mobiliário	-27926,336	-10098,161	52983,944	-7550,562	1212,720
Ind. do papel e gráfica	-3632,486	2047,689	6884,152	700,209	327,346
Ind. da borracha, fumo, couro etc.	-1580,642	2910,814	-1491,925	-492,763	682,177
Ind. química	-3123,107	2936,314	6789,787	656,469	394,669
Ind. têxtil	-13265,135	12750,450	81917,682	9204,640	4208,775
Ind. de calçados	-883,073	2509,513	-7311,261	-4589,221	277,693
Ind. de produtos alimentícios	15786,233	-4001,173	18774,016	-1128,255	-348,347
Serviços industriais de utilidade pública	-2645,013	555,239	200,417	8,200	0,500
Construção civil	20992,062	-6286,726	-4879,049	717,016	2069,716
Comércio varejista	25488,149	16743,922	6425,151	591,713	975,888
Comércio atacadista	8039,981	8219,135	-291,885	-74,435	1546,726
Inst. de crédito, seguro e capitalização	-2419,923	3515,078	-7516,241	-1541,973	32,275
Comércio e administração de imóveis	9283,638	4089,918	-20579,334	-885,045	-568,865
Transportes e comunicações	-463,312	18194,619	-11215,737	-3887,861	3520,565
Serviços de alojamento, alimentação e reparação	-7730,483	5834,874	-7943,839	-456,016	-134,414
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	-1459,149	3321,978	-15353,323	-1818,109	-559,417
Ensino	4426,733	9788,754	-5881,743	-1763,614	1278,854
Administração pública direta e autárquica	-26201,904	-7350,311	-112142,444	4573,423	2180,227
Agricultura, silvicultura e criação de animais	-6583,481	-1031,259	-12926,554	369,218	185,919
<b>TOTAL</b>	<b>-8728,889</b>	<b>71972,499</b>	<b>-</b>	<b>-6145,014</b>	<b>20131,697</b>

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados da RAIS 1994/2002.

Na Tabela 2, verifica-se pelo efeito estrutural que 10 setores tiveram resultado positivo, o dobro do último octênio. Isso mostra que o crescimento nacional deixa de ser

focalizado em alguns setores e aumenta os dinamismos externos ao crescimento. Constatase também na tabela que 18 setores tiveram efeito diferencial positivo. Isso mostra que o desempenho dos setores na região é melhor do que os mesmos em nível nacional, beneficiados pela existência de vantagens competitivas locais.

A especialização em Santa Catarina é positiva em 11 dos 25 setores pesquisados, o que mostra que eles têm uma representatividade na região superior a nacional, tomando como base 31/12/2002. Os setores de maior destaque são: a administração pública direta e autárquica, indústria têxtil e indústria da madeira e do mobiliário. Entretanto, destes onze setores, nove possuem também vantagem competitiva e, conseqüentemente, apresentam efeito alocação positivo, ou seja, são dinâmicos internamente (indústria metalúrgica, indústria mecânica, indústria de material elétrico e de comunicações, indústria do papel e gráfica, indústria da borracha, fumo, couro etc., indústria química, indústria têxtil, serviços industriais de utilidade pública e comércio varejista).

O efeito alocação modificado mostra que 19 setores tiveram sinal positivo, comparando o ano inicial (31/12/2002) com o ano terminal (31/12/2009). Destes, 7 setores trocaram de sinal, passaram do efeito alocação negativo para o efeito alocação modificado positivo, o que indica uma melhora na situação em relação ao ano inicial, sendo 1 (um) deles com especialização, mas sem vantagem competitiva (indústria da madeira e do mobiliário), e 6 com vantagem competitiva, mas sem especialização (indústria da borracha, fumo, couro etc., indústria de calçados, comércio atacadista, instituições de crédito, seguro e capitalização, transporte e comunicações e ensino). Além disso, verifica-se na Tabela 2 que 9 setores especializados no ano inicial (de um total de 11) continuaram especializados no ano final, e que seis setores permanecem com sinal negativo, mas todos melhoraram em relação ao efeito alocação original (o valor é menor).

Em relação aos setores extrativo mineral e minerais não metálicos, percebe-se que o Estado catarinense sempre apresentou efeitos diferenciais negativos, demonstrando ter desvantagens locais. A região não possui muita variedade de recursos minerais, mas havia até o final dos anos 1980 certa tradição na produção de carvão mineral. De acordo com Goularti Filho (2002), no ano de 1985, a Região Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) chegou a produzir 19,7 milhões de toneladas de carvão. A partir de 1990 o ciclo expansivo começa a cair com as privatizações do governo Collor, que liberou a importação de carvão mineral e desobrigou as siderúrgicas a comprarem carvão nacional. Por outro lado, o Brasil tem a sua produção mineradora impulsionada pelo comércio Brasil-China, o qual, segundo Castilho (2007), cresceu mais de oito vezes de 1985 a 2005.

## 4 CONCLUSÃO

A pesquisa tem como objetivo identificar os fatores internos (especialização e vantagens competitivas) e externos que contribuíram para o crescimento de Santa Catarina nos governos de FHC e Lula (1995 – 2009). Nesse período, cada um dos governos teve dois mandatos de quatro anos.

No agregado setorial, o governo FHC gerou menos emprego do que no governo Lula, tanto em Santa Catarina (38,58% com FHC e 48,78% com Lula), como no Brasil (27,70% com FHC e 43,66% com Lula). A mesma constatação pode ser obtida na análise por setores, pois o Brasil teve no governo de FHC 9 setores com redução do emprego, mas no governo Lula todos cresceram.

Os três setores com maior expansão no Brasil no governo FHC, pela ordem de importância, são: ensino, comércio e administração de imóveis e serviços de alojamento, alimentação e reparação. No governo Lula, construção civil, extração mineral e comércio atacadista.

Para Santa Catarina, os três setores de maior crescimento no governo FHC, são: ensino, comércio e administração de imóveis e indústria do material de transporte. No governo Lula, comércio atacadista, ensino e indústria de calçados. Portanto, o setor ensino apresentou forte dinamismo regional nos dois governos.

Os resultados do efeito estrutural mostram que no governo FHC 5 setores se destacaram por ter crescimento acima do nacional, ou seja, são dinâmicos (comércio varejista, comércio e administração de imóveis, serviços de alojamento, alimentação e reparação, ensino e administração pública direta e autárquica) e no governo Lula foram 10 (extração mineral, indústria mecânica, indústria de material elétrico e de comunicações, indústria de material de transporte, indústria de produtos alimentícios, construção civil, comércio varejista, comércio atacadista, comércio e administração de imóveis e ensino). Isso mostra que no último governo houve mais efeitos dinâmicos externos ao crescimento, impulsionando alguns setores locais.

Quando se avalia o efeito diferencial, constatam-se os setores dinâmicos regionais dos dois governos. No primeiro governo, FHC, 19 setores de Santa Catarina cresceram mais do que os seus respectivos nacionais. No segundo governo, Lula, 18 setores do Estado tiveram melhor desempenho. Portanto, o número de setores dinâmicos regionais é maior do que o nacional nos dois governos, o que indica a existência no Estado catarinense de vantagens

locacionais em quase todos os setores, sendo uma região do país com dinamismos internos, ou seja, uma alavanca positiva nacional.

A especialização aumentou no período analisado, pois no governo FHC existiam 9 setores e no governo Lula teve 11. Com relação ao efeito alocação, constatou-se que ele é positivo em 9 setores no governo de FHC, 6 deles com especialização e vantagem competitiva, e em 12 setores no governo Lula, com 9 setores com especialização e vantagem competitiva. Entretanto, quando se avalia o efeito alocação modificado, tem-se no primeiro governo 21 setores com sinal positivo, 12 com troca de sinal, e no segundo governo 19. Destes, 7 setores tiveram mudança de sinal, o que indica o aumento da especialização no ano terminal de cada governo.

Finalizando, os resultados da pesquisa mostram que Santa Catarina foi mais dinâmica do que o Brasil nos dois governos e que os fatores internos, vantagem competitiva e especialização, foram mais importantes do que os fatores externos, mesmo tendo aumentado o número de setores líderes no último governo. Além disso, também é possível afirmar que, mantida a tendência expansiva, a economia regional aumentará ainda mais a especialização.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CASTILHO, M. R. Impactos distributivos do comércio Brasil-China: efeitos da intensificação do comércio bilateral sobre o mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n. 91, p. 1 – 15, 2007.

GEREMIA, F.; CAMPOS, R. R. Inserção em cadeias globais de valor: influência da governança externa sobre a indústria do mobiliário do estado de Santa Catarina. **Textos de Economia**, v. 11, n. 1, p.109-128, 2008.

GIAMBIAGI, F. **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GONÇALVES, R.; FILGUEIRAS, L. **A economia política do Governo Lula**. São Paulo: Contraponto, 2007.

GOULARTI FILHO, A. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaio FEE**, v.23, n. 2, p. 977 - 1007, 2002.

HADDAD, P. R. (Org). **Economia regional:teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco Nordeste do Brasil, 1989.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960.

RAIS. RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. Disponível em: <http://www.rais.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2010.

SILVA, J. M. A. da. Inventário macroeconômico do governo FHC. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 1, n. 3, 2003.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

## ANEXOS

### Anexo 1 – Taxas de crescimento setorial (em %) nos governos de FHC

Setores	Taxas de crescimento setorial no Governo FHC (1995-2002) – em %					
	1º Governo		2º Governo		1995 - 2002	
	BR	SC	BR	SC	BR	SC
Extração mineral	-20,07	-21,78	17,00	12,37	-6,48	-12,11
Minerais não metálicos	7,59	1,20	8,08	9,46	16,28	10,78
Ind. metalúrgica	-17,36	-1,65	11,14	47,14	-8,15	44,71
Ind. mecânica	-20,83	-31,67	20,59	29,35	-4,53	-11,61
Ind. do mat. elétrico e de comunicações	-22,83	-2,44	4,82	29,97	-19,12	26,80
Ind. do material de transporte	-17,08	54,80	13,57	22,51	-5,83	89,65
Ind. da madeira e do mobiliário	1,00	-8,29	20,01	35,55	21,21	24,32
Ind. do papel e gráfica	-0,10	-1,72	2,85	15,05	2,75	13,07
Ind. da borracha, fumo, couro etc.	-16,66	-4,83	13,83	61,32	-5,13	53,54
Ind. química	-8,26	20,95	19,16	36,51	9,32	65,11
Ind. têxtil	-20,66	-15,57	21,02	35,77	-3,98	14,64
Ind. de calçados	-23,24	-50,57	42,12	40,68	9,09	-30,47
Ind. de produtos alimentícios	-3,33	-4,43	17,17	34,75	13,27	28,79
Serviços industriais de utilidade pública	-25,10	-11,34	-0,50	0,80	-25,47	-10,62
Construção civil	2,85	4,72	-2,69	16,23	0,08	21,72
Comércio varejista	21,75	20,93	30,75	40,18	59,19	69,51
Comércio atacadista	-1,02	13,14	16,66	38,77	15,48	57,01
Inst. de crédito, seguro e capitalização	-20,98	-23,16	0,80	-0,76	-20,35	-23,75
Comércio e administração de imóveis	28,50	40,76	35,40	52,60	73,98	114,79
Transporte e comunicações	1,49	6,68	8,86	18,60	10,48	26,53
Serviços de alojamento, alimentação e reparação	34,62	33,02	21,89	37,72	64,09	83,20
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	14,11	20,99	6,65	17,56	21,70	42,23
Ensino	90,52	173,95	1,22	18,00	92,84	223,26
Administração pública direta e autárquica	14,82	5,40	15,94	21,15	33,11	27,69
Agricultura, silvicultura e criação de animais	1,21	-8,03	12,47	29,15	13,83	18,78
<b>TOTAL</b>	<b>8,99</b>	<b>6,19</b>	<b>17,16</b>	<b>30,49</b>	<b>27,70</b>	<b>38,58</b>

Fonte: Elaborada pelos autores a partir das RAIS 1994 e 2002.

## Anexo 2 – Taxas de crescimento setorial (em %) nos governos Lula

Setores	Taxas de crescimento setorial no Governo Lula (2003 - 2009) – em %					
	1º Governo		2º Governo		2003 - 2009	
	BR	SC	BR	SC	BR	SC
Extração mineral	49,17	20,37	14,00	12,26	70,06	35,12
Minerais não metálicos	13,70	19,98	15,12	6,73	30,89	28,06
Ind. metalúrgica	26,45	34,65	11,37	14,20	40,84	53,78
Ind. mecânica	37,28	37,44	20,75	20,68	65,77	65,86
Ind. do mat. elétrico e de comunicações	33,51	42,03	7,70	23,43	43,79	75,31
Ind. do material de transporte	38,20	45,01	17,39	26,83	62,23	83,91
Ind. da madeira e do mobiliário	6,75	4,45	-2,34	-13,84	4,25	-10,00
Ind. do papel e gráfica	17,18	23,25	7,20	10,17	25,62	35,79
Ind. da borracha, fumo, couro etc.	24,79	48,89	0,75	6,62	25,73	58,75
Ind. química	23,05	33,54	8,39	7,12	33,38	43,05
Ind. têxtil	19,37	23,22	10,55	16,22	31,97	43,21
Ind. de calçados	16,86	54,95	4,04	18,97	21,57	84,34
Ind. de produtos alimentícios	41,77	44,13	18,06	11,96	67,37	61,36
Serviços industriais de utilidade pública	11,02	-9,34	11,85	41,48	24,17	28,26
Construção civil	25,95	23,48	53,02	44,19	92,73	78,04
Comércio varejista	30,70	36,45	20,65	22,31	57,68	66,89
Comércio atacadista	33,64	55,09	26,16	25,15	68,61	94,11
Inst. de crédito, seguro e capitalização	15,89	26,40	11,78	18,71	29,54	50,05
Comércio e administração de imóveis	25,29	39,83	22,46	12,80	53,42	57,72
Transporte e comunicações	18,98	37,38	20,00	29,16	42,78	77,44
Serviços de alojamento, alimentação e reparação	16,88	25,05	16,41	13,40	36,06	41,80
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	17,96	18,41	17,38	26,93	38,46	50,30
Ensino	43,20	38,69	9,79	34,98	57,22	87,21
Administração pública direta e autárquica	13,77	23,50	13,50	1,25	29,12	25,04
Agricultura, silvicultura e criação de animais	19,24	17,92	5,19	3,95	25,43	22,57
<b>TOTAL</b>	<b>22,56</b>	<b>29,37</b>	<b>17,22</b>	<b>15,01</b>	<b>43,66</b>	<b>48,78</b>

Fonte: Elaborada pelos autores a partir das RAIS 2002 e 2009.